



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

CONTRATO Nº 002/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 002/2025, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA DE PALMEIRA DOS
ÍNDIOS/AL, E A EMPRESA **R. A. SOLUCOES COMERCIO
E SERVICOS LTDA. - ME** PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.

CONTRATANTE: O município de Palmeira dos Índios/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.356.879/0001-98, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. **LUÍSA JÚLIA DUARTE**, inscrita no CPF nº 162.948.074-68;

CONTRATADA: A empresa **R. A. SOLUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.041.746/0001-30, estabelecida na AV. MANOEL AFFONSO DE MELO Nº20 - SANTA LUCIA - CEP. 57.082-095 - MACEIÓ/AL - e com o seguinte endereço eletrônico rasolucoesctv@gmail.com, representada pela sua Sócia Administrador, a Sra. **ROSIANE SANTOS DE ALMEIDA**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, inscrita no CPF sob o nº 037.087.954-66;

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de **CULTURA**, situada à Rua José Pinto de Barros, nº 90, Casa Museu Graciliano Ramos, Centro, neste Município, neste ato representada pelo Secretário Sra. **ANA CÁSSIA ARAÚJO DA SILVA**, inscrita no CPF o nº 040.690.764-17.

Os Representantes, nos termos do Processo nº (7.736/2024) e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do processo mencionado, mediante as cláusulas e condições a seguir dispostas e Termo de Referência:

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a formalização de Contratação Dispensa de Licitação de empresa especializada para a aquisição com instalação de Sistema de Monitoramento para CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS, conforme às especificações e condições gerais a seguir dispostas.

1.2 O Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, parte integrante deste instrumento contratual, ao Estudo Técnico Preliminar, ao preâmbulo, à proposta da contratada e aos eventuais anexos dos documentos supracitados, independentemente de transcrição.

2 – DA PUBLICAÇÃO

2.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município de Palmeira dos Índios, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Discriminação do item:

ITEM	Especificações Componentes	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-------------------------------	--------	-------------------	----------------



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

01	CÂMERA IP: Sensor: 1/2.7" CMOS sensor Lente:3.6mm Led Array - 02 Unid. Compressão: H.264 /H265. Imagem de Saída: Main Stream: 2304*1296@25fps / 1920*1080p@30fps Sub Stream 01 / Sub Stream 02 Operável em modo: 4Mp@25fps (2592*1520)	16	R\$ 450,00	R\$ 7.200,00
02	DVR: Reconhecimento facial. Comparação de imagens de rosto. Comparação de imagem de rosto, pesquisa de imagem de rosto (alarme de comparação de imagem de rosto de 4 canais para câmera analógica HD) Biblioteca de imagens Faciais. Até 16 bibliotecas de imagens faciais; Detecção de Movimento.	01	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
03	CAIXA DE PROTEÇÃO: IP55. Anel oring para vedação. Com 2 parafusos para fixar a tampa, podendo assim instalar diretamente a câmera e facilitando em caso de manutenção. Recorte na tampa para passagem de cabos e afins. Marcação interna para os parafusos de fixação. Canaleta para posicionar fios na parte traseira. Injetada em PP	16	R\$ 45,00	R\$ 720,00
04	CONECTOR P4: Compatibilidade 26AWG ~ 16AWG Impedância 75Ω Tensão Máxima 300 Vdc Corrente Máxima 2A Quantidade de Ciclos de Inserção 500	16	R\$ 25,00	R\$ 400,00
05	CONECTOR BNC DE MOLA 8mm: Compatibilidade 26AWG ~ 18 AWG Impedância 75Ω Faixa de frequência 0 ~ 2 GHz Tensão Máxima 300 Vdc Quantidade de Ciclos de Inserção 500	32	R\$ 40,00	R\$ 1.280,00
06	CABO COAXIAL BIPOLAR DUPLA BLINDAGEM: Condutor central: Fios flexíveis de alumínio cobreado(CCA). - Dielétrico: Polietileno. - Blindagem: Trança de fios de alumínio cobreado (CCA). - Malha: 95%. - Capa externa: PVC. - Impedância: 75Ω. - Bipolar: Cabo sólido 100% cobre, 24AWG e isolados - Comprimento: 100 metros.	2	R\$ 280,00	R\$ 560,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

07	FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Imput: 100- 240V AC 50-60HZ 0.5A Out Put: 12VDC 10A 12v 10a 100%	01	R\$ 359,59	R\$ 359,59
08	Central: Comunicação BUS com teclado TL1 Touch; • 99 senhas de usuário. • Controle via APP Compatec (modulo Wifi); • 10 setores mistos (5+5); • 4 Vias de monitoramento: IP (modulo Wifi), Rádio, GPRS (Módulo MG1) e linha telefônica. • Comunicação Contact ID ou discador telefônico; • 3 partições independentes; • Programação via teclado; • Pânico audível e silencioso; Frequencia de operação 433,92MHz (Code Learning);	01	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
09	SENSOR COM FIO: Piro com duplo elemento (baixo ruído/alto desempenho): • Detecção de movimento com ângulo de 90° por 11 m; • Proteção contra EMI e RFI; • Compensação automática de temperatura; • Tecnologia MDM: memória de detecção de movimento; • Tecnologia PETFREE: lente com característica PET que não detecta animais no chão; Modo de disparo FAST/SLOW.	04	R\$ 380,00	R\$ 1.520,00
10	Roteador 4 Antenas: - 4 antenas externas fixas de 5dbi. - 4 portas Fast Ethernet – 1 WAN e LAN – 10/100 Mbps. -LEDs: Power, Internet, LAN, Wi-fi 2,4 GHz, Wi-fi 5 GHz. Chipset Realtek RTL8197FH-VGA-CG+ RTL8812FR-CG Memória Flash 8 MB Memória RAM 64 MB Botão RESET WPS	01	R\$ 610,00	R\$ 610,00

3.2. A CONTRATAÇÃO TERÁ VALOR GLOBAL DE **R\$ 17.949,59 (dezessete mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).**

3.3. Os custos para a prestação do serviço tais como transporte, hospedagem, alimentação entre outros, será de responsabilidade do contratado.

3.2 No valor acima estão incluídas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Contratante;

4.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

13.391.0012.2113 - Manutenção e Conservação do Museu Graciliano Ramos



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

Elemento de despesa:

3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

3.3.3.9.0.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5 – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

5.1 pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação do serviço, mediante emissão da nota fiscal.

5.2 O prestador de serviço deve apresentar, para fins de liquidação e pagamento, comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, além de certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6 – DO CONTRATO

6.1 O termo de contrato não poderá ser substituído por Nota de Empenho e/ou por Ordem de Fornecimento

7 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública.

7.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou demora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções indicadas abaixo, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

7.2.1 Advertência formal:

- Nos casos, exclusivamente, de infração administrativa dar de causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar com este município, pelo período de 02 (dois) anos:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.2.3 Declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 06 (seis) anos:

- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2.4 Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) à 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato, com base nos critérios do item “7.1”, nos seguintes moldes:

- Reincidência em falhas ou irregularidades já punidas com advertência formal, até 05% (cinco por cento);
- Incidência de penalidade prevista no item “7.2.2”, até 15% (quinze por cento).
- Incidência de penalidade prevista no item “7.2.3”, até 30% (trinta por cento).

7.3 Em caso de pagamento antecipado, devolução total, em até 30 (trinta) dias, do valor pago na forma de adiantamento caso o serviço objeto deste contrato não seja executado na data estipulada para os eventos, devidamente atualizada pela taxa SELIC desde o pagamento antecipado até a efetiva devolução aos cofres públicos acrescido de multa de 20%, adequando-se, assim, a índice de atualização monetária aplicável à fazenda pública em conformidade com a EC 113/21.

7.4 Conforme trata o Art. 162 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil e criminal que seus atos ensejarem, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista:

7.4.1 Por dia de atraso quanto ao prazo de início da prestação do serviço fixado: aplicação de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), até o máximo de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;

7.4.2 Por dia de interrupção da prestação do serviço sem justa causa e prévia comunicação a esta Prefeitura: aplicação de mora



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

de 0,5% (cinco décimos por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, por ocorrência;

7.4.3 Por dia de atraso quanto ao cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos no instrumento de Contrato, ou decorrentes de determinação exarada pela Administração, excetuando-se a hipótese prevista no item “7.4.2”: aplicação de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, por ocorrência.

7.5 Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item anterior, a Administração poderá aplicar à contratada quaisquer das sanções listadas no item 7.2, consideradas anatureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

7.4. A critério desta Prefeitura e nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/21, as sanções previstas nos itens “7.1.5”, “7.1.6” e “7.1.7” poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no item “7.2.4” mesmo dispositivo.

7.5. As multas previstas nesta cláusula, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela contratada no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

7.6. As sanções fixadas nesta Cláusula serão aplicadas nos autos do processo de gestão do contrato, no qual será assegurado à futura contratada o contraditório e a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. Na forma do Art. 156, §9º da Lei 14.133/21, a aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8-DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O projeto será executado por meio da contratação da empresa especializada selecionada, que será responsável pela entrega e instalação de Sistema de Monitoramento para CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS. A supervisão e acompanhamento do fornecimento dos produtos serão realizados pelo responsável designado.

8.1 O Gestor do Contrato resultante deste documento terá, entre outras, as seguintes atribuições:

8.1.01 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato correlacionado;

8.1.02 Atestar as notas fiscais resultantes da entrega do objeto, em conformidade com o especificado;

8.1.03 Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

8.1.04 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado pelo interessado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

8.2 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, o gestor do contrato, indicará um ou mais representante(s) da administração pública para fiscalizar o contrato, que seja(m), preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, seguindo os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, o qual irá anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

8.2.01 É permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

8.2.02 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

8.2.03 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.2.04 A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

8.2.05 A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

8.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4 Para fiscalizar a execução do objeto deste fica nomeado o (a) servidor (a): Fábio José Malta Toledo, CPF n.º 699.996.194-87.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.2 Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro do prazo estipulado;
- 9.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 9.3 Exigir a comprovação de que a Contratada possui condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.4 Fornecer e manter atualizadas todas as informações necessárias à prestação do serviço.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 10.1 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à prestação do serviço;
- 10.2 Não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de qualquer serviço ou produto que não esteja expressamente elencado no presente documento;
- 10.3 Manter todas as condições de habilitação exigidas para contratação;
- 10.4 Além daquelas determinadas em Leis, Decretos, regulamento e demais dispositivos legais, nas obrigações do fornecedor, também incluem:
 - 10.4.01 Comunicar a Administração por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes da prestação do serviço, quaisquer alterações, acontecimentos ou motivos de força maior que impeçam, mesmo que temporariamente, de garantir a prestação total ou parcial;
 - 10.4.02 Os requisitos para a Aquisição com instalação de Sistema de Monitoramento para CASA MUSEU GRACILIANO RAMOS incluem a capacidade de fornecer conforme as especificações estabelecidas, bem como a habilidade de cumprir os prazos de entrega determinados pela Secretaria Municipal de Cultura. Além disso, a empresa deverá possuir os devidos registros e licenças para a comercialização desses produtos.
 - 10.4.03 Os custos com alimentação, hospedagem e transporte será de responsabilidade da contratada.

11 DA PUBLICAÇÃO

- 11.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município de Palmeira dos Índios, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação

12- DO REAJUSTE

- 12.1 Os preços são fixos e irredutíveis.

13 DAS VEDAÇÕES

- 13.1 É vedado à CONTRATADA:
- 13.2 Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira; Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14- DAS ALTERAÇÕES

- 14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato: não haja prejuízo a execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

16- DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- 16.1 As eventuais controvérsias ou conflitos oriundos do contrato, no que tange as controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.736/2024
DISPENSA DE VALOR
CONTRATO Nº 002/2025

ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações, deverão ser objeto de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

16.2 Também poderão ser adotadas a modalidade de arbitragem como forma de resolução, desde que seja dada a devida publicidade.

16.3 O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas, incluindo-se mediadores e conciliadores, observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

17 - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, nas demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, na Lei 10.406/2002 Código Civil e normas e princípios gerais dos contratos.

18 – DA VIGÊNCIA

18.1 A vigência do contrato será a partir da data de assinatura da ordem de serviço pelo (a) Secretário (a) e/ou pelo Gestor do Município, até o final do exercício financeiro vigente, nos termos da Lei nº 14.133/21, conforme interesse da Administração Municipal.

19– DO FORO

19.1 É eleito o Foro da Comarca do Município de Palmeira dos Índios/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes.

Palmeira dos Índios-AL, de de 2025

MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Contratante
LUÍSA JÚLIA DUARTE
Prefeita

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Interveniente
ANA CÁSSIA ARAÚJO DA SILVA
Secretária

Fábio José Malta Toledo
CPF nº 699.996.194-87
Fiscal do Contrato

R. A. SOLUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA. – ME

Contratada
ROSIANE SANTOS DE ALMEIDA
Sócio-Administrador